



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As infiltrações de água têm sido sempre um problema a perturbar muitos residentes. Como as autoridades têm dificuldade em entrar nos imóveis, o resultado é que estes problemas não são resolvidos adequada e atempadamente, afectando os direitos e interesses dos residentes, e representando ainda um potencial de ameaça à segurança e higiene públicas.

Em 2009, foi criado o “Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios”, coordenado pelo Instituto de Habitação, que funciona de forma *one-stop* para a recepção e tratamento de queixas dos residentes e, através de meios atempados e simples, apoiá-los na resolução de problemas. Segundo os dados disponíveis, entre 2013 e 2015, o número de processos instruídos pelo referido Centro reduziu-se de 1716 para 1634; e o número de processos concluídos, de 1049 para 848. Em cerca de 8 por cento, não foi possível efectuar o tratamento dos casos, apesar de já terem saído os resultados da inspecção, pois os proprietários não cooperaram na reparação ou não foi possível entrar em contacto com os mesmos¹.

Face às exigências da sociedade em relação ao tratamento dos casos de infiltrações de água, as autoridades afirmaram várias vezes que pretendiam, através da revisão da lei, simplificar os processos sumários, com vista a resolver os problemas de infiltrações. Recentemente, as autoridades

¹ “Juízo específico para julgar casos de conflitos que envolvam infiltrações cujos prejuízos ascendam até 50 mil patacas” - Jornal Va Kio (31/05/2016).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

anunciaram que a intenção do Governo sobre a revisão legislativa relativa às infiltrações era propor que sejam implementados processos sumários, para que o juízo específico possa julgar, de forma mais rápida, os casos de conflitos que envolvam infiltrações cujos prejuízos ascendam até 50 mil patacas e que não envolvam processos especiais². As autoridades salientaram que têm mantido comunicação com a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, mas entrar numa fracção para fazer inspecção ou reparação é um assunto particular e é necessário obter autorização do tribunal, não tendo a ver com a revisão do Código Civil³; e salientaram ainda que, no futuro, iam estudar, através da revisão do referido Código, a simplificação dos processos e resolver o problema da entrada dos agentes da autoridade nas fracções⁴. É de salientar que, neste momento, o tratamento dos casos de infiltrações depende da colaboração do responsável, ou seja, é necessário resolver o problema da dificuldade de entrar nas fracções. Há dias, na sessão de interpelação oral ao Governo, este respondeu que a intenção sobre a revisão legislativa era simplificar os processos sumários da indemnização por violação de direitos e, como tal não tem a ver com a inspecção nem a reparação das infiltrações de água, daí a impossibilidade de resolver, de vez, a dificuldade de entrar nas fracções.

² “As autoridades promovem juízo específico para julgar casos de conflitos que envolvam obrigações pecuniárias de pequena quantia” – Diário de Macau (31/05/2016).

³ “Os deputados acusam o Governo de não resolver as infiltrações” – Diário de Macau (12/05/2016).

⁴ “Resumo do debate das Linhas de Acção Governativa para a área da Administração e justiça” – Jornal do Cidadão (24/11/2015).



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

De facto, em Macau existe um total de 4502 prédios⁵ com mais de 30 anos. Foi nas décadas de 80 e 90 que se registou um número elevado de construções e, neste momento, os prédios com um máximo de sete andares e os edifícios com mais de 30 anos estão a enfrentar o problema da velhice. Portanto, se a legislação vigente e o mecanismo de tratamento das infiltrações de água não forem aperfeiçoados e otimizados, à medida que os casos de infiltrações se vão acumulando, os problemas daí resultantes tornar-se-ão cada vez mais complexos e a sua resolução ficará ainda mais difícil.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto ao problema da inspeção das infiltrações de água nos edifícios, o Governo afirmou que: *actualmente, a entidade de inspeção procede à realização da análise dos dados, de forma não destrutiva, para procurar a origem das infiltrações de água, assim, esta é influenciada facilmente por factores ambientais do local, e os problemas de infiltrações de água têm um carácter oculto, pelo que, em geral, a entidade de inspeção necessita de fazer várias marcações prévias com as fracções, para poder confirmar a respectiva origem através de uma reinspeção*⁶. Por outro lado, segundo uma nota de imprensa, alguns proprietários não querem recorrer a métodos destrutivos para a inspeção de infiltrações, mas, sim, a métodos não destrutivos, como, por exemplo, a utilização de pó colorido, e todos estes factores têm levado à morosidade da

⁵ “Estatísticas sobre os edifícios comerciais e industriais com mais de 30 anos” - Estatísticas da Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro.

⁶ Fonte: resposta à interpelação escrita n.º 625/V/2014.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- resolução das infiltrações⁷. Quais são os métodos e aparelhos actualmente utilizados pelo Centro de Interserviços na inspecção de infiltrações? Com vista a aumentar a eficácia da resolução do problema das infiltrações, que outros métodos e aparelhos foram utilizados para aumentar a eficácia e a exactidão das inspecções?
2. A dificuldade de entrar nas fracções é a principal razão que leva a que muitos casos de infiltrações se arrastem sem solução, entretanto, a intenção sobre a revisão legislativa era resolver os processos sumários da indemnização por violação de direitos, e não tem a ver com as eventuais inspecções e reparações durante o tratamento dos casos de infiltrações. Com base nas condições permitidas pela legislação e pelo mecanismo vigentes, o Governo deve exercer o poder público, por forma a resolver eficazmente as situações em que não há a colaboração das pessoas, e permitir que os agentes responsáveis pelo acompanhamento dos casos de infiltrações entrem nas fracções para efectuar a inspecção. Vai fazê-lo? Para além disso, o Governo afirmou ainda que, no pressuposto de respeitar a privacidade cívica, o juiz pode emitir um mandado a exigir que os proprietários procedam à reparação⁸. Qual é o ponto de situação dos respectivos trabalhos?

⁷ “É difícil efectuar inspecções. Os proprietários esperam muito tempo sem que saia o respectivo relatório. São muitas as infiltrações nos prédios antigos” – Jornal Exmoo.

⁸ “Resumo do debate das Linhas de Acção Governativa para a área da Administração e Justiça” – Jornal do Cidadão (24/11/2015).



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Quando colocada a pergunta, o Governo respondeu que dispõe apenas de 13 trabalhadores⁹ responsáveis pelo tratamento dos casos de infiltrações de água nos edifícios; mas, quando um deputado abordou a mesma questão, o Governo disse que o referido Centro apenas dispunha de 7 ou 8 trabalhadores. Como o número de prédios antigos está a aumentar constantemente, é bastante importante proceder à reparação adequada e atempada dos edifícios onde se registam infiltrações. O Governo deve, com base no actual mecanismo interserviços, mobilizar os recursos humanos tendo em conta a situação real, por forma a otimizar os procedimentos de tratamento dos casos de infiltrações. Vai fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Ho Ion Sang

3 de Junho de 2016

⁹ “O Governo dispõe apenas de 13 trabalhadores responsáveis pelo tratamento de casos de infiltrações de água nos edifícios” – Notícia da TDM (05/11/2015).